

6

ATA Nº 160
Assembleia-Geral Ordinária
24 de novembro de 2018

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, pelas dez horas, realizou-se a reunião geral ordinária da Assembleia Geral (AG) da Federação de Ginástica de Portugal (FGP), que teve lugar no Auditório – Estrada da Luz, número trinta A, Lisboa com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto um – Apreciação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de dois mil e dezanove;

Ponto dois - Apreciação e votação da atribuição do Colar de Valor, Mérito e Bons Serviços a Diogo Almeida Messias Ganchinho que se sagrou campeão de Europa em Trampolim Individual Sénior no Campeonato de Europa de dois mil e dezoito, disputado em Baku (AZE);

Ponto três – Apreciação e ratificação dos membros do Observatório do Ajuizamento indicados pelo Conselho de Ajuizamento;

Ponto quatro: Assuntos diversos, não sujeitos a deliberação, com relevância para discussão em Assembleia Geral.

O Presidente da Mesa da AG deu início à reunião anunciando os assuntos constantes na ordem dos trabalhos, solicitando brevidade nos comentários e nas intervenções dos membros do órgão.

Tomou a palavra o Presidente da FGP, João Paulo Rocha, que deu parabéns a toda a comunidade gímnica pelas grandes conquistas ao nível de resultados desportivos e organizacionais. Sublinhou que o ano de dois mil e dezoito foi um grande ano para a Ginástica portuguesa. Seguidamente, enunciou a introdução de aspetos globais para as políticas a desenvolver em dois mil e dezanove.

O Vice-Presidente para área financeira e modernização administrativa, Ricardo Antunes, falou de alguns pormenores técnico-financeiros sobre a preparação do Plano de Atividades. Informou que o Conselho Fiscal enviou o parecer só no dia anterior desta reunião e por esse motivo não houve oportunidade de o enviar, para os delegados, via correio eletrónico. O documento foi, por isso, apresentado em “papel”.

Sublinhou que a elaboração do Orçamento foi pautada por quatro premissas: prudência, sustentabilidade, rigor e eficiência, com o objetivo de aumentar o património económico e desportivo e garantir alguma liquidez. O Orçamento é uma previsão, tem riscos eminentes que foram calculados e tudo depende da sua execução.

Os três grandes riscos são: o aumento solicitado ao apoio do IPDJ, os Eventos Internacionais e o rigoroso e próximo acompanhamento da execução orçamental.

Recordou que a Direção trabalhou, como nos últimos anos, para ter resultados superiores ou alinhados com o apresentado na presente proposta. Dentro destas premissas informou que foi tido em conta a previsão da taxa do aumento do IVA para dois mil e dezanove.

O Presidente da FGP retomou a palavra com a intenção de esclarecer alguns aspetos relacionados com o Plano das Atividade e o Orçamento. Referiu que no que vai ser entregue ao IPDJ, este ano a FGP tem

6

alguns valores superiores aos do ano anterior, salientando-se a preocupação de honestidade e transparência na execução do Orçamento. Informou, a este propósito, que “Nos últimos anos, com variações muito pequenas, temos recebido exatamente aquilo que colocamos nas candidaturas apresentadas”.

Sublinhou também que a Ginástica hoje não é o que era há quatro ou cinco anos atrás. Está melhor, com bons resultados e tem crescido. É estranho que, em dois mil e dezoito, ainda não tenhamos chegado ao nível de financiamento que existia em dois mil e treze. Na altura, tratava-se de uma situação pontual que se mantém até agora, com pequenas variações, mas ainda está longe dos níveis de dois mil e treze. Informou que numa reunião com o novo Presidente do IPDJ, realizada há pouco tempo, teve oportunidade de expressar esta preocupação. Disse que acha que a Ginástica não está a ser suficientemente reconhecida, em termos de apoios financeiros pelo IPDJ, e que as variações que temos tido não têm impacto nenhum na tomada de decisões finais. Os critérios anunciados pelo IPDJ têm uma influência reduzida, ou nula, naquilo que são as decisões finais. Isso é uma evidência.

Em resultado dessa reunião, disse que a FPG iria apresentar nas candidaturas e em algumas das rúbricas orçamentais valores superiores, comparativamente com o do ano transato.

Em dois mil e dezanove haverá vários eixos na ação principal, sendo que, o mais emblemático é a Casa de Ginástica que se aflora neste Orçamento, e em breve, será objeto de uma orçamentação retificativa pela AG. Isso acontecerá só quando a Direção estiver na posse de todos os dados necessários.

Recordou também que o aumento da capacidade técnica e operacional dos Serviços Centrais era um dos objetivos em dois mil e dezoito e continuará a ser em dois mil e dezanove. O aumento da capacidade financeira das Associações territoriais é outro objetivo para o próximo ano. A FPG continuará a apostar no aumento da capacidade financeira direcionada para o apoio ao apetrechamento. De trinta mil euros, passar-se-á em dois mil e dezanove para quarenta mil euros. Com este aumento pretende-se chegar a mais Clubes.

Tratando-se de um ano de apuramento Olímpico, a Direção propôs um aumento moderado para o Alto Rendimento. A ideia é continuar a investir internamente na análise deste investimento para se poder tomar decisões durante dois mil e dezanove, através de análise e comparação com os resultados obtidos e proceder a ajustamentos, sempre que necessário. Vai ser uma reflexão profunda por parte da Direção e os respetivos protagonistas sobre esta matéria para o próximo ano.

Informou que a FGP continuará a apostar nas Ações de Responsabilidade Social e Valorização da Ética Desportiva, com foco especial no abuso físico e psicológico e assédio moral e sexual na Ginástica. A FGP está muito atenta a este fenómeno e está a estabelecer ligações com várias organizações nacionais e internacionais, no sentido de se envolver ou ser criadora de projetos para a prevenção.

Pretende-se ainda diversificar as ações de melhoria na promoção mediática da Ginástica. Será dada continuidade ao processo de modernização administrativa. Em dois mil e dezanove teremos um novo *site* com loja *on-line*. Espera-se também que a ligação da base de dados dos filiados com a faturação (processo complexo) seja concluída neste mesmo ano.

6

Informou que a ação da FGP continuará, com até agora, centrada na valorização de eventos no âmbito nacional e aposta forte nos eventos internacionais de grande impacto.”

O Presidente da Mesa da AG passou a palavra aos membros presentes.

A delegada Ida Pereira questionou o facto de não atribuição da Taça do Mundo de Trampolins a Portugal e o Presidente da FGP prestou os devidos esclarecimentos.

Relativamente à proposta de Orçamento para dois mil e dezanove, o delegado Carlos Vaz solicitou esclarecimentos sobre o previsto para o Programa de Apoio ao Apetrechamento. O Presidente da FGP respondeu que na leitura do documento devem ser considerados os dois mapas apresentados e dessa maneira facilmente se verifica um acréscimo e não um decréscimo no valor afetado a essa rubrica orçamental.

O delegado Victor Varejão deu os parabéns à equipa diretiva e ao Diretor Financeiro pelo trabalho notável desenvolvido. Aproveitou para solicitar que a promoção mediática da Ginástica seja estendida também às Associações Territoriais. No que diz respeito ao Apoio a Apetrechamento, e para evitar erros de ajuizamento nas competições de trampolins, sublinhou a necessidade de aquisição de aparelhos TOF para poderem ser usados nas provas distritais. O Presidente da FGP informou que recentemente já foram adquiridos alguns aparelhos TOF e HD e que o valor de cada um é bastante elevado. Considerou que este assunto não é de fácil resolução.

O delegado Luís Apolónia manifestou a sua satisfação relativamente ao aumento da verba para o Conselho de Ajuizamento (CA). O Presidente da FGP acrescentou que isso é um eco e responde ao que foi inventariado pelo próprio Conselho, tornando o processo mais transparente e garantindo a presença do órgão ou membros do mesmo nas competições federativas. Ana Lopes, membro do CA, esclareceu que em cada competição nacional (vinte e oito competições nas setes especialidades em dois mil e dezanove) será garantida a presença de um elemento do CA e esta rubrica orçamental é uma garantia para a viabilização do processo.

Relativamente ao Orçamento, o delegado Pedro Almeida apresentou duas preocupações. Uma sobre o desenvolvimento e outra sobre o Alto Rendimento. Na sua opinião o valor atribuído às Associações Territoriais aumenta progressivamente, mas nos Contratos-Programa celebrados este valor é inferior ao previsto. Referiu ainda os problemas que se prendem com as infraestruturas que limitam várias Associações na organização das respetivas competições. Estranha também o facto de algumas destas AT's receberem verbas da FGP sem cumprir o regulamentado (organização de competições). Em dois mil e dezassete foi decidido não colocar no Calendário Federativo as provas dos escalões de infantis e benjamins que considera como um aspeto menos positivo. Estes escalões simplesmente não têm competições, ou têm algumas, pontualmente. Referiu ainda que, o aumento do número dos Clubes e praticantes é fator de sustentabilidade, mas ao mesmo tempo cria dificuldades, devido aos espaços limitados de treino que por sua vez prejudicam o desenvolvimento de base. No que diz respeito ao do kit da Ginástica Artística, que é armazenado no Norte do País, vê uma grande desvantagem e custos elevados de utilização pelos Clubes do Centro e Sul. Considera o atual Orçamento para o Alto Rendimento como suficiente, mas longe de ser bom para a disciplina de Trampolins. Nas outras disciplinas (GAF, GAM e GR) qualifica como muito reduzido ou irrisório.

Em resposta, o Presidente da FGP esclareceu que a rubrica orçamental "Apoio ao Associativismo" não contém só as verbas entregues às Associações. Para dois mil e dezanove, em termos de Contratos-Programa, são contemplados aproximadamente cento e trinta mil euros (130 000,00€). Há um aumento mais significativo nas verbas por via das filiações. Para dois mil e dezanove a previsão é de aproximadamente cem mil euros (100 000,00€) mas, este valor depende sempre do crescimento.

Recordou que o kit da Ginástica Artística chegou em março de dois mil e dezoito e já foi utilizado em dez competições. Em dois mil e dezanove vai ser usado em três competições internacionais. Na sua opinião, as Associações e os Clubes devem criar dinâmicas e parcerias com as Autarquias Locais para evitar os custos de transporte.

Em dois mil e dezoito houve três competições nos escalões de infantis e benjamins (Acrobática, Ginástica Artística e Trampolins) que não correram bem, e na sua opinião, deviam ser promovidas pela Federação. Reconheceu que esta situação se deve a um erro administrativo e que não se voltará a repetir.

Relativamente ao Alto Rendimento concorda que as verbas não são suficientes e deu exemplos com outros Países Europeus que enfrentam as mesmas dificuldades, mas há também outros fatores, além do dinheiro, que interferem na capacidade competitiva e este facto é importante ser analisado.

O delegado David Silva apresentou alguns pontos de reflexão relacionados com o financiamento das Associações. Sobre a questão dos equipamentos nomeadamente os TOF, como solução possível, propôs que os mesmos estivessem na posse da Federação que os emprestará, na base de uma calendarização para se evitar sobreposições. Considera ainda os apoios para o Alto Rendimento dos jovens pouco efetivos.

O Presidente da FGP referiu que a sugestão para a utilização dos TOF faz todo o sentido, apelou para se proceder à conjugação das datas das competições para agilizar o processo de empréstimo.

O delegado Victor Varejão falou sobre o material e na sua importância no processo de avaliação das ginastas, na justiça e na transparência.

O delegado Diogo Abreu abordou o assunto relacionado com os valores dos prémios e bolsas no Alto Rendimento. Considera, no caso específico dos trampolins, que é um valor muito grande. Na sua opinião, um terço desta rubrica orçamental vai para bolsas e prémios e o restante é para preparação em estágios e competições. Reconhece que o dinheiro é limitado e tem de ser bem gerido e questionou se não existe outra maneira de se pagar os prémios e as bolsas disponibilizando assim mais verbas para a preparação e competição.

Segundo o Presidente da FGP os prémios e as bolsas apresentam uma percentagem muito elevada, sendo um assunto para o qual se deve olhar e pensar. O valor do IPDJ não é suficiente. A Federação investe muito mais através da receita própria. Esclareceu ainda que, em primeiro lugar são calculadas as bolsas e os prémios, e só depois os Diretores Técnicos começam a programar o processo de preparação e de competições das ginastas. O Orçamento final é resultado desta reflexão.

Sobre o Programa de Apoio à Organização de Competições Nacionais dois mil e dezanove, o delegado Gonçalo Marques solicitou esclarecimentos relativamente à receita da bilheteira e perguntou como se

processa, na realidade. Disse que existe expectativa de retorno financeiro por parte do organizador, mas que tal não se verifica. Na sua opinião, os critérios de atribuição do Prémio Anual devem ser revistos.

O Presidente da FGP agradeceu a questão colocada. Referiu que existe uma certa confusão sobre duas coisas diferentes. Uma é a organização dos Campeonatos Nacionais e a Taça de Portugal e outra é a organização de outras competições nacionais. No primeiro caso existe uma coorganização. Previamente é acordada a percentagem de bilheteira que reverte a favor do coorganizador. Da receita são retirados os valores dos custos operacionais e do IVA. Sobre o valor apurado é aplicada a percentagem supracitada. Na organização de outras competições nacionais cabe à organização decidir se há, ou não, bilheteira.

O delegado Lourenço França deu parabéns à Direção e a todos os presentes pela época "incrível", relativamente aos resultados nas disciplinas Olímpicas e não Olímpicas e centrou a sua intervenção nos apoios atribuídos pelo IPDJ. Verifica que há uma separação e diferenciação acentuada. As modalidades Olímpicas recebem quase o dobro relativamente às não Olímpicas. Considera que a FGP tem um papel fundamental para acabar com esta injustiça e propõe que seja respeitado o rácio, entre o número de filiados por modalidade e as verbas atribuídas. Manifestou o seu descontentamento pelo facto de que desde dois mil e treze não há bolsas para os ginastas das modalidades Não Olímpicas. Aos mesmos também não pode ser atribuído o Colar de Valor, Mérito e Bons Serviços. Finalizou a sua intervenção com apelo à Direção da FGP para que a mesma criasse e promovesse a equidade.

Sobre o exposto pelo delegado Lourenço Franco o Presidente da FGP fez várias correções. Esclareceu que não é verdade que ginastas das modalidades não Olímpicas não podem ter prémio de Mérito e Bons Serviços e citou o Regulamento sobre esta temática. Também reconheceu que neste documento a regulamentação para as modalidades não Olímpicas deverá ser mais objetiva. Relativamente às verbas informou que, a FGP no seu Plano apresenta a IPDJ o valor "X" que é atribuído, ou não. Nesta proposta são incluídas as disciplinas Olímpicas e Não Olímpicas. É necessário mais rigor na elaboração do Orçamento por parte dos Diretores Técnicos.

Também foram prestados breves esclarecimentos pelo Vice-Presidente para área financeira e modernização administrativa, Ricardo Antunes.

O Presidente de Mesa de Assembleia Geral colocou a votação o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2019, que foi aprovado por maioria, com 28 (vinte e oito) votos a favor e 1 (um) voto contra.

Passou-se ao ponto dois de ordem dos trabalhos - Apreciação e votação da atribuição do Colar de Valor, Mérito e Bons Serviços a Diogo Almeida Messias Ganchinho que se sagrou campeão de Europa, em Trampolim Individual Sénior, no Campeonato de Europa de dois mil e dezoito, realizado em Baku (AZE), o Presidente da FGP apresentou a proposta da Direção para a atribuição do Colar de Valor, Mérito e Bons Serviços devidamente fundamentada e citou uma parte da regulamentação: *"A atribuição do Colar de Valor, Mérito e Bons Serviços pode ser proposta pelo Presidente, pela direção, por um conjunto de pelo menos vinte por cento dos membros da Assembleia Geral ou por qualquer filiado coletivo no pleno gozo dos seus direitos, sob proposta devidamente fundamentada, tendo por base pressupostos de resiliência que permitam a conjugação de valores e méritos merecedores do reconhecimento da comunidade gímnica, sendo decidida pela Assembleia Geral, por maioria simples."*

Após intervenções de elogio e satisfação de alguns delegados sobre o ginasta Diogo Ganchinho o Presidente da Mesa de AG procedeu a respetiva votação.

A proposta foi aprovada por unanimidade, com 29 votos a favor, e aclamação de todos os Delegados.

No ponto três de ordem dos trabalhos - Apreciação e ratificação dos membros do Observatório do Ajuizamento indicados pelo Conselho de Ajuizamento, a delegada Ida Pereira questionou por que é que na disciplina de Ginástica Rítmica está prevista a presença de só uma pessoa do Observatório nas respetivas competições.

Ana Lopes, membro do Conselho de Ajuizamento esclareceu que o Órgão é composto por 3 (três) elementos e engloba as 7 (sete) disciplinas. Por este motivo a divisão acordada foi a seguinte: Ana Lopes será responsável da Ginástica Acrobática, Ginástica Artística Feminina e Ginástica Artística Masculina; Pedro Lopes será o responsável da Ginástica de Trampolins, TeamGym e Ginástica Aeróbica e Ana Isabel Cardoso assume em exclusivo a Ginástica Rítmica devido ao elevado número de competições. Informou que, para a constituição da equipa do Observatório foram utilizados os seguintes critérios: primeiro, ser juiz internacional; segundo, personalidade e terceiro, identificação com o projeto a desenvolver e identificação com a forma de trabalhar do Conselho de Ajuizamento uma vez que o Observatório é uma extensão do Conselho de Ajuizamento que implementa um projeto.

A delegada Ana Zacarias apresentou alguns pontos para apreciação: A lista é aprovada na globalidade? Quais os critérios de seleção dos membros, a categoria do juiz e a experiência? Perguntou ainda se foi tomada em conta a Circular emanada pela FGP sobre a incompatibilidade entre juiz/treinador. Questionou a escolha de um dos membros do Órgão e deu alguns exemplos do passado. Apresentou ainda a sua posição pessoal de não concordância.

À questão da delegada Lurdes Gouveia sobre se, dos juizes nomeados para o Observatório, existem alguns que também dão treinos em Clubes, independentemente de estarem ou não filiados ou não como treinadores, a representante do CA Ana Lopes respondeu afirmativamente.

O delegado José Carlos Manaças manifestou a sua preocupação com valores éticos e perguntou se não houve mais opções.

Segundo o delegado Victor Varejão o Órgão terá todo o apoio que necessita por parte da Associação de Ginástica de Santarém.

O Presidente de Mesa de Assembleia Geral colocou a votação a ratificação dos membros do Observatório do Ajuizamento indicados pelo Conselho de Ajuizamento. O documento foi aprovado por maioria, com 22 votos a favor, 3 votos contra e 4 abstenções.

No ponto quatro de ordem dos trabalhos - Assuntos diversos, não sujeitos a deliberação, com relevância para discussão em Assembleia Geral, o Presidente passou a palavra aos delegados.

Foi relatado pelo delegado Carlos Vaz um episódio relacionado com problemas de saúde de uma ginasta em Itália, durante o Golden Age, na qual o Vice-Presidente da FGP, Luís Arrais deu um grande e valioso apoio. O delegado aproveitou para apresentar publicamente o seu agradecimento.

6

O delegado Rui Praxedes falou sobre as filiações. Referiu que um praticante inscrito em duas modalidades paga duas filiações e se participa em duas provas paga as duas.

O Presidente da FGP esclareceu que as filiações e as inscrições são cada vez mais um dos maiores fatores de sustentabilidade da Federação, das Associações, dos Clubes e de todo o sistema. A filiação por disciplina é fundamental para conseguir uma fotografia da realidade de Ginástica. Antigamente não era assim e tornava-se impossível ter estatísticas reais e saber quem efetivamente pratica. Hoje só se filia quem realmente pratica. Essa é a única forma de ter uma caracterização real e credível.

Sobre este assunto, o delegado Lourenço França propôs que uma segunda ou terceira filiação tenha custos mais reduzidos e com isso ficará resolvida a questão das estatísticas. Sublinhou que não se coloca em causa o valor de inscrição para participação em competições.

O delegado Victor Varejão constatou que no Plenário Técnico Nacional participa uma pequena percentagem de treinadores e propôs, que no futuro estas ações fossem creditadas para trazer mais técnicos. Sugeriu que a FGP convidasse os membros de Assembleia Geral para visitar a futura Casa de Ginástica para todos ficarem a conhecer e, in loco, poderem colocar algumas questões e contribuir com as suas opiniões. Referiu ainda a importância do software desenvolvido pelo ginasta Diogo Abreu e questionou se não poderá haver apoio por parte da FGP.

O Presidente João Paulo Rocha informou que em dois mil de dezanove o Plenário Técnico Nacional vai ser setorial, e brevemente, serão anunciadas as datas e os locais de realização para cada disciplina gímnica. Espera-se que desta forma o número de participantes aumente e a proposta de ser creditado pode ser um bom estímulo. Sobre a proposta relacionada com a Casa de Ginástica endereçou o convite a todos os membros da Assembleia Geral para a visitar. No que diz respeito ao trabalho do Diogo Abreu, a Federação está atenta, apoia e apoiá-lo-á, dentro das suas possibilidades.

O delegado Gonçalo Marques abordou o assunto relacionado com o Regulamento Geral de Proteção de Dados e a forma que a Federação adotou para que o mesmo fosse cumprido. Reconhece algumas dificuldades, uma vez que a aceitação por parte dos encarregados de educação tem de ser registada exclusivamente por via eletrónica. Lembrou que o Regulamento diz que a mesma pode passar por uma forma escrita. Propõe que a informação da Gymbase seja transcrita em papel e posteriormente colocada na base de dados e validada. Falou ainda sobre os custos das filiações, a atribuição dos cartões e os respetivos recibos.

Segundo o Presidente da FGP, falamos dum universo de 22 000 (vinte e dois mil) filiados e reconhece que existem algumas dificuldades pontuais. Na sua opinião, o retrocesso não é o caminho. Informou também que, a filiação numa disciplina competitiva garante automaticamente a filiação de Ginástica para Todos (GpT) e que o cartão de filiado é a única via para as benesses.

O delegado Carlos Nobre deixou algumas preocupações relativamente à Casa de Ginástica. Considera o espaço pequeno. O facto de existir só um praticável, questiona como será feita a mudança e a utilização pelas diferentes disciplinas. Verificou a existência só de 1 um trampolim, quando para trabalhar são necessários pelo menos 4. Outra preocupação do delegado é relacionada com a intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas que referiu que o espaço irá ser utilizado pela Escolas, Clubes

e outras Instituições. Por último, questionou o atraso na elaboração das atas das reuniões da Assembleia Geral.

Sobre as preocupações manifestadas respondeu o Presidente da FGP.

Sobre o atraso na elaboração das Atas o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FGP prestou os devidos esclarecimentos.

Segundo a delegada Ida Pereira, a Ginástica Artística está com mais dificuldades de espaço e demonstrou a sua satisfação pelo facto da Casa de Ginástica ser já uma realidade.

O delegado Pedro Almeida considera triste o facto de que para se chegar ao Alto Rendimento a ajuda dos pais é fundamental. Espera que com a Casa de Ginástica esta realidade fica alterada.

Também verifica que a massificação na ginástica por um lado é bom, como fator de sustentabilidade, mas por outro lado, limita e dificulta o trabalho de mais alto nível.

Na opinião do delegado David Silva, a FGP tem de investir na aquisição de máquinas TOF para se repor a justiça na avaliação de desempenho dos ginastas.

Nada mais havendo a tratar, foi a Assembleia Geral declarada encerrada pelas 13h20.

Estiveram presentes 29 (vinte e nove) delegados, conforme a lista de presenças assinada por todos, anexa à presente Ata e que dela faz parte integrante.

O Presidente da Mesa de Assembleia Geral



Guilherme Machado Dray